

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A. | CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$39.258 mil, dividido em 39.257.563 (trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$20.809 mil em 2018 em comparação ao resultado de R\$19.990 mil no exercício de 2017.

Receita Operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R\$35.452 mil no exercício de 2018, em comparação a R\$34.266 mil em 2017, representando um aumento de 3,46% decorrente, principalmente, do aumento das transações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$10.478 mil em 2018, comparados a R\$11.995 mil no exercício de 2017, sendo o maior custo o de energia elétrica comprada para revenda, no montante de R\$9.695 mil.

Índices econômico-financeiros

Liquidez corrente

A liquidez corrente reflete quanto a Companhia possui de recursos circulantes para quitar suas exigibilidades de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente foi de R\$4,00 (R\$4,99 em 31 de dezembro de 2017).

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

A Rentabilidade do PL indica quanto a Companhia obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio aplicado. Os valores encontrados nos dois anos analisados apresentam uma rentabilidade positiva, sendo 37,87% em 31 de dezembro de 2018 e 37,59% em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou o montante de R\$1.983 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 8,70% em relação ao lucro de R\$22.792 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2017, a Companhia apurou o montante de R\$2.136 mil, representando 9,65% em relação ao lucro de R\$22.126 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2018, o LAJIDA foi de R\$23.780 mil (R\$23.312 mil em 2017) e a Margem do LAJIDA foi de 77,01% no mesmo período (72,18% no exercício de 2017), conforme demonstrado a seguir:

RS mil	2018	2017	Var %
Resultado Líquido	20.809	19.990	4,1
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	1.983	2.136	(7,16)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.391)	(3.208)	(25,47)
Depreciação	3.379	3.394	(0,44)
LAJIDA	23.780	23.312	6,58

LAJIDA é uma medida de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 227, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua Controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens, e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Anel).
Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção in situ, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, eventualmente, equipe multidisciplinar de consultores externos. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;

- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um Plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados.

No ano de 2018, a Cemig GT manteve a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência. Foram realizadas reuniões de trabalho junto aos órgãos de defesa civil locais, para apresentação dos PAEs, absorvendo novas experiências, atualizando contatos telefônicos e incluindo novos agentes a serem notificados. Essa aproximação também busca validar as estratégias de preparação para emergência a serem implementadas.

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig GT propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 2019 que, ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$20.809 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.040 mil correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$11.015 mil de dividendos intermediários pagos; e
- R\$8.754 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	ATIVO			PASSIVO		
	Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.885	4.655	Fornecedores	9	6.131
Títulos e Valores Mobiliários	4	14.116	17.204	Impostos, Taxas e Contribuições	10a	498
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	5	8.452	2.521	Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	147
Tributos Compensáveis		314	73	Encargos Regulatórios		3
Outros Créditos		2	2	Transações com Partes Relacionadas	17	165
TOTAL DO CIRCULANTE		27.769	24.455	Outras Obrigações		6
				TOTAL DO CIRCULANTE		6.950
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE		
Títulos e Valores Mobiliários	4	1.876	473	Impostos, Taxas e Contribuições	10a	118
Depósitos Vinculados a Litígios	6	2.193	1.915	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	417
Imobilizado	8	30.625	31.645	Provisões	11	25
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.694	34.033	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		560
ATIVO TOTAL		62.463	58.488	TOTAL DO PASSIVO		7.510
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	
				Capital Social		39.258
				Reservas de Lucros		15.695
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.953
				PASSIVO TOTAL		62.463
						58.488

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	13	30.879	30.913
CUSTOS OPERACIONAIS	14		
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(9.695)	(3.307)
Encargos de Distribuição		(84)	(86)
		(9.779)	(3.393)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Materiais		(71)	(129)
Serviços de Terceiros		(4.007)	(4.358)
Provisões Operacionais (reversão)		7.532	(66)
Depreciação		(3.379)	(3.394)
		75	(7.947)
CUSTO TOTAL		(9.704)	(11.340)
LUCRO BRUTO		21.175	19.573
DESPESAS OPERACIONAIS	14		
Despesas Gerais e Administrativas		(669)	(505)
Outras Despesas Operacionais		(105)	(150)
		(774)	(655)
Lucro Operacional		20.401	18.918
Receitas Financeiras	15	2.691	3.248
Despesas Financeiras	15	(300)	(40)
		2.391	3.208
Resultado Antes dos Impostos		22.792	22.126
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	16	(1.909)	(2.183)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	(74)	47
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.809	19.990
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES - RS		530,06	509,20

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.809	19.990
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	20.809	19.990

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	20.809	19.990
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	3.379	3.394
Baixas Líquidas de Imobilizado	-	3
Provisões	(7.532)	66
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74	(47)
Varição Monetária sobre Depósitos Vinculados a Litígio	(159)	(648)
(Aumento) Redução de Ativos Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	1.560	833
Tributos Compensáveis	(241)	(38)
Depósitos Vinculados a Litígio	(119)	(136)
Outros Créditos	-	(2)
	1.200	657
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	2.414	1.797
Impostos, Taxas e Contribuições	170	(1.098)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.580	1.665
Transações com Partes Relacionadas	(62)	227
Outras Obrigações	4.102	1.939
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	21.873	25.354
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.939)	(1.364)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.934	23.990
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	1.685	(3.110)
No Imobilizado	(2.359)	(1.504)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(674)	(4.614)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(19.030)	(21.060)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(19.030)	(21.060)
VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	230	(1.684)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIACÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.655	6.339
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.885	4.655
	230	(1.684)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906102040160128.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A. | CEMIG

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

	Reserva de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	39.258	4.902	7.563	-	51.723
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (RS192,65 por lote de mil ações)	-	-	(7.563)	-	(7.563)
Resultado do Exercício	-	-	-	19.990	19.990
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Constituição de Reserva Legal	-	999	-	(999)	-
Dividendos Intermediários (RS279,59 por lote de mil ações)	-	-	-	(10.976)	(10.976)
Dividendos Adicionais Propostos (RS204,16 por lote de mil ações)	-	-	8.015	(8.015)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	39.258	5.901	8.015	-	53.174
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (RS204,16 por lote de mil ações)	-	-	(8.015)	-	(8.015)
Resultado do Exercício	-	-	-	20.809	20.809
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Constituição de Reserva Legal	-	1.040	-	(1.040)	-
Dividendos Intermediários (RS280,58 por lote de mil ações)	-	-	-	(11.015)	(11.015)
Dividendos Adicionais Propostos (RS222,99 por lote de mil ações)	-	-	8.754	(8.754)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	39.258	6.941	8.754	-	54.953

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT" ou "Controladora"), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, mediante a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais; Salto Volto e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina, além da comercialização de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Os prazos de concessão das referidas usinas são como segue:

USINA	Prazo de Concessão
Salto do Paraopeba (1)	04/10/2030
Machado Mineiro	08/07/2025
Salto Passo Velho	04/10/2030
Salto Volto (2)	04/10/2030

(1) A Usina encontra-se indisponível para operação.

(2) Aprovado projeto de revitalização da Usina.

A energia produzida pelas PCHs Salto Volto e Salto do Passo Velho é 100% incentivada e a energia produzida pela PCH Machado Mineiro é 50% incentivada. A energia produzida pela Companhia é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A usina do Salto Paraopeba está com operação comercial suspensa desde 2011 em função de danos aos ativos decorrentes de enchentes do Rio Paraopeba. A usina vinha passando por estudos de ampliação nos últimos anos e teve aprovado seu projeto de ampliação pela ANEEL em maio de 2017. Conforme Nota 19, visto a inviabilidade econômica do projeto de ampliação ou revitalização, a Companhia verificou que a melhor opção seria a alienação deste ativo.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em junho de 2018, a Assembleia Geral aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Criação de Comitê de Auditoria;
- Manutenção do Conselho Fiscal, passando a ser de caráter permanente;
- Alteração da destinação do Lucro Líquido, passando de 25% para 50% o mínimo destinado a dividendos obrigatórios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de maio de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e pressupostos são revisadas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissonárias (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contas a receber no futuro);
- Nota 7 – Investimentos (Provisão para redução ao valor recuperável);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 12 – Provisões;
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa sua estimativa pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

- **CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes**
O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para comercialização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.
A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:
1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

- **CPC 48 – Instrumentos Financeiros**
O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Ativos Financeiros	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores e Revendedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Judiciais e Cauções	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

(1) A Companhia possui "títulos e valores mobiliários" com classificações distintas, de acordo com o CPC 48;

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Com-

panhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil**
Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

- **ICPC 22**
Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:
• Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
• As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
• Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários temporários e alíquotas de imposto;
• Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às suas operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

- a) **Concessionárias e Permissonárias**
As contas a receber de Concessionárias e Permissonárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

- b) **Imobilizado**
A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão aos ativos da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

- c) **Redução ao valor recuperável**
Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906102040160129.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos conta movimento	276	431
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	170	622
Operações Compromissadas	4.439	3.602
TOTAL	4.885	4.655

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 75% em 2018 (75% em 2017) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 2018 (6,89% em 2017).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Aplicações Financeiras	2018	2017
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	–	39
Letras Financeiras - Bancos	8.453	4.821
Letras Financeiras do Tesouro	4.936	11.760
Debêntures	727	584
Não Circulante	14.116	17.204
Letras Financeiras - Bancos	1.876	–
Debêntures	1.876	473
TOTAL	15.992	17.677

8. IMOBILIZADO

	2018			2017		
	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas e Alienações (B)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada
Em Serviço	5,78	58.946	(33.150)	25.796	58.877	(29.771)
Terrenos, O. Cívica, Beneficentários e Edificações	6,17	3.715	(1.916)	1.799	3.715	(1.687)
Reservatórios, Barragens e Aduas	6,05	37.287	(21.434)	15.853	37.287	(19.180)
Máquinas e Equipamentos	5,13	17.917	(9.775)	8.142	17.848	(8.880)
Veículos	14,29	16	(14)	2	16	(13)
Móveis Utensílios	–	11	(11)	–	11	(11)
Em Curso	4.829	–	–	4.829	2.290	–
TOTAL	63.775	(33.150)	30.625	61.416	(29.771)	31.645

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas e Alienações (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço	58.877	–	–	69	58.946	69	(33.150)	25.796
Terrenos, O. Cívica, Beneficentários e Edificações	3.715	–	–	–	3.715	–	(1.916)	1.799
Reservatórios, Barragens e Aduas	37.287	–	–	–	37.287	–	(21.434)	15.853
Máquinas e Equipamentos	17.848	–	–	69	17.917	69	(9.775)	8.142
Veículos	16	–	–	–	16	–	(14)	2
Móveis Utensílios	11	–	–	–	11	–	(11)	–
Em Curso	2.539	2.359	–	(69)	4.829	2.290	–	4.829
TOTAL	61.416	2.359	–	–	63.775	2.359	(33.150)	30.625

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação anual é de 5,78% em 2018 (5,82% em 2017).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando

As Letras Financeiras – Bancos (LFBs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFBs que compõem a carteira da Horizontes Energia possuem taxa de remuneração que variou entre 102,0% e 111,25% do CDI em 2018 (entre 102,1% e 112% em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% e 151% do CDI em 2018 (entre 104,25% e 161,54% em 2017).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIVAS

Classe de Consumidor	Saldo a Vencer		2018	2017
	Faturado	Não Faturado		
Fornecimento Industrial	6.648	1.765	8.413	17.974
Suprimento a Outras Concessionárias	–	–	–	2.026
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	39	–	39	90
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	–	–	–	(17.569)
Total	6.687	1.765	8.452	2.521

Em agosto de 2018, foi assinado acordo entre as partes para recebimento dos créditos no montante de R\$6.648, sendo revertida a PECLD que havia sido constituída.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Obrigações Fiscais	2018	2017
PIS/COFINS	2.193	1.915
TOTAL	2.193	1.915

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

7. INVESTIMENTOS

Em 19 de julho de 2007, a ANEEL, por meio do ofício nº 1.488/2007 – SFP/ANEEL, autorizou a classificação dos ativos da usina Salto do Paraopeba na rubrica investimento e suspensão da depreciação do ativo em função do problema do assoreamento desta.

Com intuito de dar prosseguimento ao interesse de ampliar a potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, a Horizontes Energia encaminhou o projeto básico do aproveitamento para ANEEL com tabela de Revisão de aproveitamentos. Esse projeto foi aprovado em maio de 2017 e encontrava-se em fase de análise de viabilidade econômica em 31 de dezembro de 2018.

Em função da questão mencionada acima, a Companhia fez uma provisão, nos anos de 2012, 2014 e 2015, no valor de R\$7.353, referente aos ativos que não serão recuperados e/ou reutilizados em caso de ampliação da Usina Salto do Paraopeba.

Conforme Nota 19, a Companhia concluiu ser economicamente inviável o projeto de recuperação e ampliação da potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, tendo sido aprovada sua alienação por meio de leilão público.

Bens e Direitos para uso futuro	2018	2017
Usina Salto do Paraopeba	8.360	8.360
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(7.353)	(7.353)
(-) Depreciação Acumulada	(1.007)	(1.007)
TOTAL	–	–

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). Vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2018	2017
Circulante		
PASEP	24	17
COFINS	110	77
ICMS	303	290
INSS	14	34
Outros	27	12
Total Circulante	498	446
Não Circulante		
PASEP	21	–
COFINS	97	–
Total Não Circulante	118	–

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Circulante		
Imposto de Renda	70	292
Contribuição Social	77	214
Total	147	506

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2018	2017
Imposto de Renda	307	253
Contribuição Social	110	90
Total	417	343

11. PROVISÕES

Provisões	2018	2017
Trabalhistas	25	66
Total	25	66

A Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$31 (R\$28 em 31 de dezembro de 2017), e não foi constituída provisão em decorrência da avaliação da probabilidade de perda ser possível, amparada no opinião dos seus assessores jurídicos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia era de R\$39.258 mil, dividido em 39.257.563 (Trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT. Cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	6.941	5.901
Retenção de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	8.754	8.015
Total	15.695	13.916

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.040 de Reserva Legal em 2018, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adiantados

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$8.754 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado na forma legal a título de dividendos.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	20.809	19.990
(-) Constituição da Reserva Legal	(1.040)	(999)
	19.769	18.991
Dividendos Mínimos Obrigatórios	9.884	4.748
Dividendos Intermediários	11.015	10.976
Dividendos Adicionais Propostos	8.754	8.015
Total dos dividendos	19.769	18.991



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906102040160130.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a realizar-se em 2019 que, ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$20.809 seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.040 correspondente a 5,00% do lucro líquido do exercício seja utilizado na constituição da Reserva Legal;
- R\$11.015 de dividendos intermediários pagos; e
- R\$8.754 para pagamento de dividendos adicionais.

13. RECEITA

	2018	2017
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	13.775	13.410
Suprimento Bruto de Energia elétrica	14.370	18.476
Transações com Energia na CCEE	7.307	2.380
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	35.452	34.266
Deduções à Receita Operacional (b)	(4.573)	(3.353)
Receita Operacional Líquida	30.879	30.913

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

Classe de Consumidor	2018	2017
Industrial	2.799	2.756
Comercial	10.955	11.476
Fornecimento Não Faturado	21	(822)
Suprimento a outras Concessionárias	14.370	18.476
Liquidação na CCEE	7.307	2.380
Total	35.452	34.266

b) Deduções à Receita Operacional

	2018	2017
ICMS	3.243	3.326
COFINS	1.064	(8)
PASEP	230	(1)
Taxa Fiscalização Serviço Energia	36	36
Total	4.573	3.353

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	373	180
Materiais	73	135
Serviços de Terceiros (a)	4.300	4.677
Energia Elétrica Comprada para Revenda	9.695	3.307
Depreciação	3.379	3.394
Encargos de Distribuição	84	86
Provisão para Contingências/Reversão	(41)	66
PECLD/ Reversão de PECLD (1)	(7.491)	-
Outras Despesas Operacionais	106	150
TOTAL	10.478	11.995
Custo Total	9.704	11.340
Despesa Operacional	774	655
TOTAL	10.478	11.995

(1) Refere-se a reversão de PECLD devido a acordo judicial homologado em agosto de 2018. Mais detalhes vide Nota nº 5.

a) Serviços de Terceiros

	2018	2017
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	3.494	3.780
Meio Ambiente	393	346
Conservação e Limpeza de Prédios e Vila de Operadores	104	124
Auditoria Externa	41	29
Outros	268	398
Total	4.300	4.677

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controlador								
Cemig GT								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	165	227	-	-	(450)	(227)
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	9	-	-	-	-
Prestação de Serviços (3)	-	-	115	621	-	-	(1.895)	(1.692)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com Energia elétrica (2)	-	-	-	8	-	-	(121)	(104)
Cemig PCH								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	10	-	-	-	714	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.615	2.411
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	911	188
Varição Monetária de Depósitos Vinculados a Litígio	159	648
Outras	6	1
Total	2.691	3.248
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	-	(34)
Outras despesas financeiras	(300)	(6)
Total	(300)	(40)
Resultado Financeiro	2.391	3.208

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	35.452	35.452
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.836	4.254

Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações	1.555	1.555
Outras Receitas Financeiras	918	918
Base de Cálculo – Lucro Presumido	5.309	6.727
Aliquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	796	606
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	507	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.303	606
Rendas não resgatadas	60	60
Aliquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2018	15	5
Rendas Variação Monetária Depósitos Judiciais	159	159
Aliquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2018	40	14
IR e CS - Lucro Presumido	1.358	625
Corrente	1.303	606
Diferido	55	19

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	34.266	34.266
Percentual de Presunção	8%	12%
	2.741	4.112

Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações	3.198	3.198
Outras Receitas Financeiras	189	189
Base de Cálculo – Lucro Presumido	6.128	7.492
Aliquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	919	675
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	589	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.508	675
Rendas não resgatadas	(787)	(787)
Aliquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2017	(197)	(71)
Rendas Variação Monetária Depósitos Judiciais	648	648
Aliquota	25%	9%
IRPJ e CSLL Diferidos Ano 2017	(62)	59
IR e CS - Lucro Presumido	1.473	663
Corrente	1.508	675
Diferido	(35)	(12)

Remuneração com Pessoal Chave

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	21	10
Participação nos resultados	3	-
Benefícios assistenciais	2	1
Total	26	11

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2018, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018		2017	
				Horizontes	Horizontes	0,82%	1,13%
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	-	290	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	-	-	57
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	-	-	53
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	82	114	-	-
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	-	59	227
Cemig D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2018	-	-	436	-
						577	741

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Ativos	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Custo amortizado (1)					
Consumidores e Revendedores	2	8.452	8.452	2.521	2.521
Depósitos Judiciais e Cauções	2	2.193	2.193	1.915	1.915
Títulos e Valores Mobiliários	2	2.465	2.465	795	795
Total		13.110	13.110	5.231	5.231
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa					
Aplicações Financeiras	2	4.609	4.609	4.224	4.224
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos					
Bancários - CDBs	2	-	-	39	39
Letras Financeiras Bancos - LFB	2	8.453	8.453	4.609	4.609
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	4.936	4.936	11.761	11.761
Debêntures	2	138	138	473	473
Total		18.136	18.136	21.106	21.106
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	6.131	6.131	3.717	3.717
Total		6.131	6.131	3.717	3.717

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretoras, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliações/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente acérricos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em considera-



Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

ção as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido à valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3).....	4.609	4.224
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4).....	15.992	17.677
Ativo exposto	20.601	21.901

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, gerenciando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, qual é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores ...	6.131	-	-	-	-	6.131
	6.131	-	-	-	-	6.131

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no exercício em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O projeto básico para recuperação e ampliação da potência instalada da PCH Salto do Parapeba, aprovado em maio de 2017 pela ANEEL, foi considerado economicamente inviável. A Diretoria Executiva aprovou a alienação do ativo em 08 de abril de 2019, a ser realizada por meio de leilão público em 2019. Conforme nota explicativa nº 7, a Companhia fez uma provisão, nos anos de 2012, 2014 e 2015, no valor de R\$7.353, referente aos ativos que não serão recuperados.

	Franklin Moreira Gonçalves Diretor-Presidente	Márcio José Peres Diretor
Dimas Costa Diretor	Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140	Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Eduardo José de Souza
Paulo César Teodoro Bechtluft
Ronald Gastão Andrade Reis

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Horizontes Energia S.A.
CNPJ 04.451.926/0001-54 – NIRE 31300015840

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Horizontes Energia S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis da Horizontes Energia S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.

Pedro Carlos de Mello – Coordenador
Márcio de Lima Leite – Membro
Renata Bezerra Cavalcanti – Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Horizontes Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Horizontes Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Horizontes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria sobre as demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199-0-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-IMG089076-0-0



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906102040160132.